



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JAIR DA SILVA CASEMIRO FILHO

**ANÁLISE DA CONSISTÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DIVULGADAS PELOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS**

Santana do Ipanema
2023

JAIR DA SILVA CASEMIRO FILHO

**Análise da consistência das demonstrações contábeis divulgadas pelos municípios
Alagoanos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas como requisito para grau acadêmico de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Patricia Brandão
Barbosa da Silva

Santana do Ipanema
2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

C337a Casemiro Filho, Jair da Silva.

Análise da consistência das demonstrações contábeis divulgadas pelos municípios alagoanos / Jair da Silva Casemiro Filho. - 2022.
32 f. : il. color.

Orientadora: Patricia Brandão Barbosa da Silva.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) –
Universidade Federal de Alagoas. Campus do Sertão. Santana do Ipanema,
2022.

Bibliografia: f. 27-28.
Apêndice: f. 29-32.

1. Informações contábeis. 2. Demonstrações contábeis. 3. Municípios alagoanos. I. Título.

CDU: 657.24 (813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

JAIR DA SILVA CASEMIRO FILHO

ANÁLISE DA CONSISTÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DIVULGADAS PELOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS

Trabalho de Conclusão submetido ao corpo docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, unidade de Santana do Ipanema/AL como requisito parcial para grau acadêmico de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovado em 09 de agosto de 2023.

Documento assinado digitalmente



PATRICIA BRANDAO BARBOSA DA SILVA

Data: 14/08/2023 17:16:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Patricia Brandão Barbosa da Silva, UFAL (Orientadora)

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente



ALCIDES JOSE DE OMENA NETO

Data: 09/08/2023 22:10:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Alcides José de Omena Neto, UFAL (Examinador Interno)

Documento assinado digitalmente



CRISTIANO DA SILVA SANTOS

Data: 18/08/2023 08:39:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos, UFAL (Examinador Interno)

DEDICATÓRIA

Primeiramente eu dedico este trabalho a Deus, fonte de sabedoria e inspiração, que me guiou e fortaleceu durante toda essa jornada acadêmica, aos meus pais, meu irmão e demais familiares, sou profundamente grato por terem sido meu alicerce, sustentando-me em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a conclusão deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me conceder força e sabedoria. A minha família, meu porto seguro, meu amor incondicional. Agradeço por acreditarem em mim, por me incentivarem a dar o meu melhor e por compreenderem a importância deste projeto para mim, vocês tornaram essa jornada mais leve e memorável.

RESUMO

Esta pesquisa visa investigar o nível de consistência das informações contábeis e financeiras apresentadas nos relatórios financeiros que são divulgados pelos municípios alagoanos. Para quantificar o nível de consistência, serão analisados os indicadores do índice de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal - ICF, extraídos dos relatórios e demonstrativos financeiros disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Para a análise dos dados serão utilizados os métodos de estatística descritiva e análise exploratória por meio de gráficos e tabelas. Os resultados encontrados durante a pesquisa, mostram que a grande maioria dos municípios alagoanos apresentou uma porcentagem de acerto de pontos no ICF acima de 0,5 pontos percentuais, o agreste alagoano teve o melhor desempenho superando os 0,9 pontos, dentre todos os outros, destacando-se o município de Arapiraca. Ainda que o agreste também esteja na última posição, com a cidade de Traipu, mostrando a diferença da consistência das informações contábeis apresentadas por municípios da mesma mesorregião. Existem divergências e inconsistências nas informações contábeis e fiscais dos 102 municípios alagoanos, surpreende a capital do Estado de Alagoas não estar na posição número 01, a capital ocupa a 03ª posição, porcentagem de acerto de 0,81%, conceito C, a maior cidade de Alagoas, com uma população estimada de 957.916 pessoas (População estimada 2022 IBGE) está abaixo da segunda maior cidade, Arapiraca, com população de 234.696 (População estimada 2022 IBGE). Desse modo, é necessário que os municípios se adequem e sigam as normas vigentes no País, para que se possa ter um nível de padronização adequado em todo o país e principalmente no estado de Alagoas.

Palavras chave: Docência Superior. Contabilidade. Formação Profissional.

Abstract

This research aims to investigate the level of consistency of accounting and financial information presented in the financial reports disclosed by municipalities in Alagoas. To quantify the level of consistency, the indicators of the Accounting and Fiscal Information Quality Index - ICF will be analyzed, extracted from the financial reports and statements available in the Brazilian Public Sector Accounting and Fiscal Information System (SICONFI). Descriptive statistics and exploratory analysis through graphs and tables will be used to analyze the data. The results found during the research show that the vast majority of municipalities in Alagoas achieved an accuracy rate of ICF points above 0.5 percentage points. The alagoan agreste region performed the best, surpassing 0.9 points, outperforming all others, with Arapiraca standing out as the leading municipality. However, Traipu, also in the agreste region, was in the last position, indicating the difference in the consistency of accounting information presented by municipalities in the same mesoregion. There are divergences and inconsistencies in the accounting and fiscal information of the 102 municipalities in Alagoas. It is surprising that the capital of the state of Alagoas is not in the top position; it ranks 3rd with an accuracy rate of 0.81%, falling under concept C. Despite being the largest city in Alagoas, with an estimated population of 957,916 people (estimated population in 2022 according to IBGE), it is ranked below the second largest city, Arapiraca, with a population of 234,696 (estimated population in 2022 according to IBGE). Therefore, it is necessary for municipalities to comply with and follow the current regulations in the country to achieve an adequate level of standardization nationwide, especially in the state of Alagoas.

Keywords: Higher Education Teaching. Accounting. Professional Formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Média percentual de acertos do ICF por mesorregiões no Estado de Alagoas	20
Figura 02 – Dimensão 1 Gestão da informação	22
Figura 03 – Dimensão 2 - Informações Contábeis	23
Figura 04 – Dimensão 3 - Informações Fiscais	24
Figura 05 – Dimensão 4 - Informações Contábeis x Fiscais	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura dos critérios de análise	16
Quadro 2 – Ranking do índice de qualidade da informação contábil e fiscal (ICF).....	18
Quadro 3 – Municípios alagoanos analisados no (ICF).	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – DCASP	11
2.1.1 <i>Balanco Patrimonial</i>	11
2.1.2 <i>Demonstração das Variações Patrimoniais</i>	11
2.1.3 <i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</i>	12
2.1.4 <i>Demonstração dos Fluxos de Caixa</i>	12
2.1.5 <i>Balanco Orçamentário</i>	12
2.1.6 <i>Balanco Financeiro</i>	13
2.1.7 <i>Notas explicativas</i>	13
2.1.8 <i>Relatório de Gestão Fiscal (RGF)</i>	13
2.1.9 <i>Demonstrativos das Contas Anuais (DCA)</i>	13
2.2 <i>Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)</i>	14
3 CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	14
3.1 <i>Informações Contábeis</i>	14
3.2 <i>Representação Fidedigna</i>	14
3.3 <i>Verificabilidade</i>	15
3.4 <i>Comparabilidade</i>	15
3.5 <i>Consistência contábil</i>	15
4 METODOLOGIA.....	16
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	25
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
APÊNCIDE A – LISTA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS	29

1 INTRODUÇÃO

Com o advento dos sistemas democráticos, a sociedade civil passou a exigir das organizações públicas o uso apropriado dos recursos financeiros e a devida prestação de contas e responsabilização pelos atos praticados por seus gestores. Assim, espera-se que a contabilidade pública forneça informações que permitam à sociedade acompanhar e fiscalizar os atos da administração por meio de mecanismos de transparência e prestação de contas (*accountability*), reduzindo a assimetria de informação entre o governo e a sociedade e permitindo um efetivo controle social. (DE ARAUJO E SILVA e MARIO, 2016; BAIRRAL et al., 2012).

No setor público brasileiro, a transparência das informações contábeis e financeiras avançou após a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Acesso à Informação (LAI), que obrigam os governantes a dar publicidade para essas informações (SACRAMENTO, 2005). Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ampliou a transparência ao reunir todas as informações contábeis e financeiras da administração pública no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) (SILVA, 2019).

No entanto, mesmo tendo acesso à informação, é necessário que essa informação seja de qualidade, isto é, não apresente erros e inconsistências, para que possa ser usada para a avaliação e comparação do desempenho financeiro e econômico do setor público, permitindo que a sociedade acompanhe e fiscalize os atos da administração. Assim o acesso e a qualidade das informações contábeis são necessários para trazer estabilidade ao sistema econômico e aumentar a eficiência dos governos (ERNEST e YOUNG, 2010).

Desse modo, o objetivo desse trabalho é investigar o nível de consistência das informações contábeis e financeiros com base nos indicadores do Índice de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal - ICF, extraídos dos relatórios e demonstrativos financeiros que são divulgados pelos municípios alagoanos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – DCASP:

As demonstrações contábeis são ferramentas que auxiliam na divulgação das informações contábeis e gerenciais de uma determinada organização (PALMA; GOMES; CAMARGO, 2017; SPADIN, 2008; BARBOSA; SANTOS, 2019). Para que a Contabilidade possa ser útil aos administradores é necessário que seja escriturada diariamente, tempestivamente, visto que é considerada o coração da empresa (COELHO, 2004) e fornece informações que auxiliará o processo decisório. Assim, de acordo com o Manual Aplicado a Contabilidade Pública o objetivo das demonstrações contábeis do setor público é a geração de informações que sirvam como subsidio para a prestação de contas e tomada de decisão (MCASP, 2019). Segundo as disposições legais e aquelas contidas na NBC TSP 11, compõem o conjunto de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

2.1.1 Balanço Patrimonial

“O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, o patrimônio da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle)” (MCASP 9ª Edição, 2022, p.511). Ele é composto por ativos (recursos controlados pela empresa), passivos (obrigações financeiras) e patrimônio líquido (diferença entre ativos e passivos). Além de demonstrar sobre a solvência, liquidez e saúde financeira da empresa, sendo uma ferramenta importante para análise e tomada de decisões sendo a empresa pública ou privada.

2.1.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

É um relatório contábil que registra as mudanças ocorridas no patrimônio líquido de uma empresa durante um período específico. “A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.” (MCASP 9ª Edição, 2022, p.524).

2.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

“A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade.” Ela registra os valores de capital social, reservas, lucros ou prejuízos acumulados, distribuição de dividendos, entre outros eventos que impactam o patrimônio. A demonstração permite acompanhar a evolução do patrimônio líquido ao longo do tempo, fornecendo informações sobre a origem e destinação dos recursos da empresa. (DCASP - SECOFEM, 2020, p.32)

2.1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

“A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

(MCASP 9ª Edição, 2022, p.529).

A demonstração fornece informações valiosas sobre a geração de caixa, a capacidade de pagamento de dívidas, os investimentos realizados e as atividades de financiamento, auxiliando na avaliação da saúde financeira da empresa.

2.1.5 Balanço Orçamentário

É um relatório contábil que compara as receitas e despesas planejadas com as efetivamente realizadas em um determinado período. Ele permite avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, identificar desvios e ajustar as projeções futuras. É uma ferramenta importante para o controle financeiro e a tomada de decisões, auxiliando na gestão dos recursos e no alcance dos objetivos organizacionais. “A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.” (MCASP 9ª Edição, 2022, p.492).

2.1.6 Balanço Financeiro

“O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte” (MCASP 9ª Edição, 2022, p.505). O balanço financeiro fornece informações sobre a saúde financeira da empresa, sua capacidade de geração de receitas financeiras e a eficiência na gestão de despesas relacionadas. É uma ferramenta essencial para avaliar a situação financeira e a rentabilidade da organização.

2.1.7 Notas explicativas

“Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.” (MCASP 9ª Edição, 2022, p.543) Elas detalham políticas contábeis, métodos de avaliação, divulgam contingências, eventos subsequentes, transações significativas e outras informações relevantes para uma compreensão completa e adequada das demonstrações financeiras.

2.1.8 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

“O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF: Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Contratação de Operações de Crédito.” (TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE, 2023)

2.1.9 Demonstrativos das Contas Anuais (DCA)

“É um conjunto de tabelas de dados patrimoniais e orçamentários disponibilizados aos entes da Federação. Esta declaração deve ser preenchida e enviada ao Siconfi, pois seus dados são necessários à consolidação das contas públicas, efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional.” (SICONFI, 2021)

2.2 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

“O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) ajuda a compreender a situação fiscal do município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa. A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal exige em seu artigo 165, §3, e as normas para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.” (TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE, 2023)

3 CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

3.1 Informações Contábeis

A informação contábil representa todos os dados financeiros e econômicos registrados e apresentados de acordo com os princípios contábeis e normas contábeis aplicáveis. Essas informações incluem demonstrações financeiras como o balanço patrimonial, demonstração de resultados, fluxo de caixa e demonstração das mutações do patrimônio líquido. Além disso, envolvem notas explicativas, que fornecem detalhes adicionais sobre as demonstrações financeiras. Essas informações são utilizadas para análise financeira, tomada de decisões, avaliação da saúde financeira da empresa, cumprimento de obrigações legais e regulatórias, além de fornecerem transparência e confiabilidade aos usuários das informações contábeis. Em suma, a informação contábil financeira para ser útil, deve ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar, e sua utilidade é melhorada à medida que ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível (Resolução CFC 1.374/11).

3.2 Representação Fidedigna

“Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. Ela é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.” (MCASP 9ª Edição, 2022, p.29) A representação fidedigna está relacionada com a veracidade

das informações e aos fatos ocorridos, assim como a representação deve priorizar e registrar exatamente o que ocorreu em determinada situação, livre de erros. Ela pode ser alcançada apenas quando a representação é completa, neutra e livre de erros.

3.3 Verificabilidade

“Verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar. Essa característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, em que a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés.” (MCASP 9ª Edição, 2022, p.30).

A verificabilidade não significa concordância entre opiniões e decisões, ela assegura os usuários que as informações apresentadas estão representadas de forma fidedigna ao acontecido e que essas informações podem ser verificadas.

3.4 Comparabilidade

“Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação. A informação sobre a situação patrimonial da entidade, o desempenho, os fluxos de caixa, a conformidade com os orçamentos aprovados ou com outra legislação relevante ou com os demais.” (MCASP 9ª Edição, 2022 p.30) A comparabilidade dá a possibilidade do usuário identificar diferenças, semelhanças e inconsistências entre informações, essas informações podem ser encontradas no balanço orçamentário, financeiro e patrimonial dos municípios.

3.5 Consistência contábil

Refere-se à prática de manter as mesmas políticas contábeis e métodos de avaliação ao longo do tempo, de modo a proporcionar comparabilidade e uniformidade nas demonstrações

financeiras. Embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. Consistência contábil refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.” (Resolução CFC 1.374/11).

4 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória e descritiva que pretende mensurar o nível de consistência das informações apresentadas nas demonstrações contábeis divulgadas pelos municípios de Alagoas nos anos de 2019, 2020 e 2021. Desse modo, será utilizado dados secundários obtidos dos relatórios Demonstração das Contas Anuais (DCA), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). O SICONFI foi desenvolvido como um instrumento para, dentre outros objetivos, facilitar a produção e análise e interpretação das informações contábeis e fiscais, padronizar os mecanismos de consolidação e aumentar a qualidade e confiabilidade das informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais recebidas dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União (SERPRO, 2020). A expectativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o SICONFI é que o mesmo funcione como uma ferramenta para ampliar a transparência da gestão pública, modernizar as práticas contábeis internas, auxiliar os gestores nas tomadas de decisões e estimular o exercício da cidadania por meio do controle social (Brasil, 2019).

Para a avaliação do nível de consistência das demonstrações contábeis dos municípios alagoanos será utilizado o modelo baseado em três dimensões de análise proposto por (SILVA,2019). As dimensões Representação Fidedigna, Verificabilidade e Comparabilidade são divididas em dois grupos de avaliação formados por um conjunto de indicadores utilizados para medir as inconsistências, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Estrutura dos critérios de análise

D1: Representação Fidedigna

- 1- Disponibilidade das demonstrações obrigatórias
- 2- Contas obrigatórias com saldo positivo

D2: Verificabilidade

3- Conferência de somatório de contas sintéticas e analíticas

4- Equivalência de valores

D3: Comparabilidade

5- Cross-check entre os Demonstrativos

6- Adequação aos normativos (MCASP/MDF) e à legislação

Fonte: adaptado de Silva (2019)

Será utilizado e servirá como base para essa pesquisa o índice de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal - ICF do SICONFI, que é uma atribuição de notas para o desempenho dos entes no Ranking conforme o seu desempenho percentual, com 5 níveis que vão da letra Aicf até a letra Eicf. Algumas verificações de consistência feitas pelo Ranking envolvem dados fiscais e contábeis que são utilizados no cálculo da Capacidade de pagamento (CAPAG), de que trata a Portaria ME nº 501, de 23 de novembro 2017. Caso o município falhe nesses testes, no momento de solicitação de garantia da União, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da Secretaria do Tesouro Nacional poderá entrar em contato com o município para buscar compreender melhor os seus dados fiscais e/ou contábeis.

Para o cálculo do Ranking optou-se por uma metodologia de ranqueamento simplificada, utilizando-se do percentual de acertos dos entes nas verificações. Ou seja, quanto maior o percentual de acertos que o ente obtiver, melhor será a sua classificação no Ranking. Níveis de consistências obtidos serão aplicadas técnicas de estatísticas descritivas e análise exploratória de dados como forma de agrupar e analisar os indicadores que serão mensurados. Dentre essas técnicas, será elaborada tabelas e gráficos sobre a distribuição dos resultados tanto por municípios como por tipo de inconsistência. Além disso, depois de calculado o nível de consistência alcançado por cada município, será realizado um ranking estadual e também será especificado intervalos de valores para classificar a situação da consistência das informações de um município. Isto facilitará a divulgação dos resultados da pesquisa de forma mais didática e intuitiva.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total foram analisados 102 municípios pertencentes ao Estado de Alagoas, no quadro 02 constam os 05 municípios que ocuparam as melhores posições no ranking com base no índice de qualidade da informação contábil e fiscal (ICF) e os 05 municípios que ocuparam as posições mais baixas do ranking.

Quadro 2 - Ranking do índice de qualidade da informação contábil e fiscal (ICF).

Município	Posição	% de acerto no ICF	Conceito ICF	Mesorregião
Arapiraca	1	0,908	B	Agreste Alagoano
Japaratinga	2	0,834	C	Leste Alagoano
Maceió	3	0,81	C	Leste Alagoano
Pariconha	4	0,803	C	Sertão Alagoano
Jacuípe	5	0,79	C	Leste Alagoano
Taquarana	100	0,649	E	Agreste Alagoano
Marechal Deodoro	100	0,646	E	Leste Alagoano
Santa Luzia do Norte	101	0,643	E	Leste Alagoano
Paulo Jacinto	102	0,641	E	Agreste Alagoano
Traipu	102	0,641	E	Agreste Alagoano

Fonte: Elaboração própria com base SICONFI (2021).

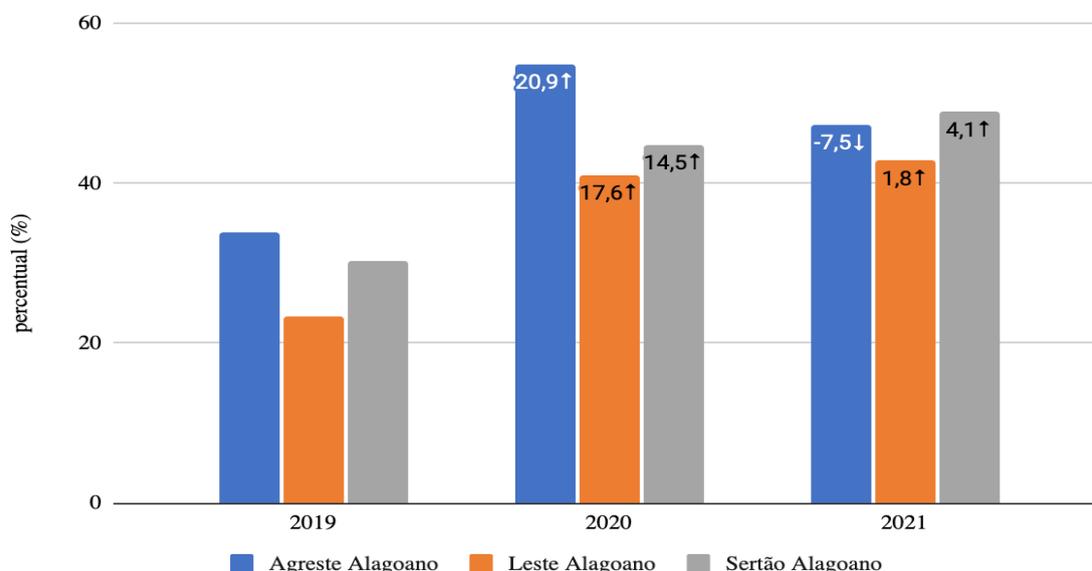
O município de Arapiraca, localizado na mesorregião do agreste alagoano, segunda maior cidade do Estado, alcançou a 1º posição, conceito B e uma porcentagem de 0,908%, isso demonstra a organização e o compromisso que o município tem com suas informações fiscais e contábil. Desse modo, outros municípios do leste alagoano também obtiveram bons conceitos no ranking. Localizado na mesorregião leste alagoana, o município de Japaratinga ocupa a 2º posição, conceito C e porcentagem de 0,834%, ficando afrente da capital do Estado de Alagoas, Maceió. Dito isso, fechando o pódio, a capital do Estado ocupa a 3º posição, porcentagem de acerto de 0,81%, conceito C, a maior cidade de Alagoas, com uma população estimada de

957.916 pessoas (População estimada 2022 IBGE). Ademais, a mesorregião sertaneja do Estado, apenas o município de Pariconha ocupa uma posição de destaque no ranking, a cidade de Pariconha está na posição 4º, porcentagem de 0,803, conceito C.

Dando início aos municípios que não obtiveram boas colocações no ranking, a cidade de Marechal Deodoro ocupa a posição 100º, porcentagem de 0,646%, conceito E. Juntamente com a cidade de Santa Luzia do Norte, ocupando a 101º posição, porcentagem de 0,643 e conceito E, ambas as cidades pertencem a mesorregião leste do Estado e estão no fim da tabela do ranking dos municípios. Assim como o município de Paulo Jacinto e Traipu, que estão ocupando e dividindo a última posição, Paulo Jacinto, ocupando a posição 102º, porcentagem de 0,641%, conceito E. como também o município de Traipu, ocupando a posição 102º, porcentagem de 0,641%, conceito E. Ambas as cidades pertencem a mesorregião do agreste alagoano, obtiveram as porcentagens de acerto mais baixas dentre todos os outros, demonstrando a discrepância que temos dentre as cidades da mesma mesorregião, no agreste temos o município mais bem ranqueado assim como também temos os municípios mais mal ranqueados.

A partir dos dados apresentados na figura 01, fica visível que com o passar dos anos houve alterações no percentual de acertos no ICF pelas mesorregiões de Alagoas, do ano de 2019 até o ano de 2021, todos obtiveram uma significativa mudança no seu percentual, tanto para cima quanto para baixo, alterando as posições das mesorregiões no gráfico. Logo, isso indica que com o passar dos anos, os municípios das regiões analisadas melhoraram e aperfeiçoaram a qualidade e disponibilidade das suas informações contábeis e fiscais.

Figura 01 - Média percentual de acertos do ICF por mesorregiões no Estado de Alagoas.



Fonte: Elaboração própria com base SICONFI (2021).

Iniciando no ano de 2019, com o agreste alagoano, essa mesorregião estava na melhor posição em comparação com as outras, assim como, tinha a maior porcentagem de acerto. Assim, o agreste alagoano obtinha o percentual de 35% e ocupava a primeira posição, seguida do sertão alagoano com 33%, e o leste alagoano com 23%. O agreste alagoano obteve esse percentual alto pois teve municípios dessa mesorregião que obteve pontos de destaque, sendo eles: Arapiraca, Estrela de Alagoas e São Brás. A cidade de Arapiraca alcançou 0,88% de acerto, seguido de Estrela de Alagoas com 0,79% e São Brás com 0,67% assim, esses municípios se destacaram e elevaram a média de acertos no ICF, fazendo com que a média da mesorregião se elevasse.

Em seguida no ano de 2020, houve uma expressiva mudança na média percentual das mesorregiões, ocorreu que o percentual aumentou, mas as posições no gráfico continuaram em comparação com 2019, sendo que o agreste alagoano ainda lidera o ranking. Assim, ocorreu que no agreste alagoano deu-se um acréscimo de 20,9% pontos percentuais, seguido do sertão alagoano com 14,5% e o leste alagoano com 17,6%. Todas as regiões analisadas aumentaram suas médias de acerto no ICF. Logo, olhando em detalhes nós temos que os municípios do agreste alagoano, como: Estrela de Alagoas, Arapiraca e São Sebastião obtiveram melhores pontuações. Verificou-se que Estrela de Alagoas ultrapassa Arapiraca em questão de pontuação

e obtém 0,81%, Arapiraca atinge 0,79% e São Sebastião com 0,74%, esses são os mais bem posicionados que alavancam a média da mesorregião.

O sertão alagoano sobe 14,5% em comparação com o ano de 2019, continua sendo a segunda mesorregião mais bem posicionada no ranking e atinge essa pontuação em decorrência dos municípios que estão contidos na mesorregião aumentarem sua pontuação. Foram as cidades de: Pariconha, Delmiro Gouveia e Olho d'Água do Casado. A cidade de Pariconha efetuou 0,78%, Delmiro Gouveia vem logo em seguida com 0,77% e Olho d'Água do Casado com 0,76%, essas são as três cidades destaques do sertão alagoano.

O leste alagoano obtém 17,6% de aumento em comparação com o ano de 2019, ocupando a terceira posição no ranking das mesorregiões, esse expressivo aumento decorre do também aumento nos pontos dos municípios que compõe a região, os municípios de: Barra de São Miguel, São Miguel dos Campos e Coruripe. A cidade de Barra de São Miguel atinge 0,76%, seguido de São Miguel dos Campos com 0,75% e Coruripe com 0,73%. Logo, esses foram os 3 municípios que mais pontuaram e alavancaram a média da mesorregião, vale ressaltar que a capital do Estado que fica localizada no leste alagoano, a cidade de Maceió, não aparece com uma pontuação expressiva, atingindo apenas 0,67%.

No ano de 2021 nota-se que ocorreu uma mudança de posição e uma leve queda do da mesorregião Agrestina do Estado, houve uma queda de 7,5% pontos percentuais e agora ocupada a segunda posição. O Sertão alagoano agora ocupa o topo com um aumento de 4,1% e segue o leste alagoano com um aumento de 1,8% ocupando o terceiro lugar.

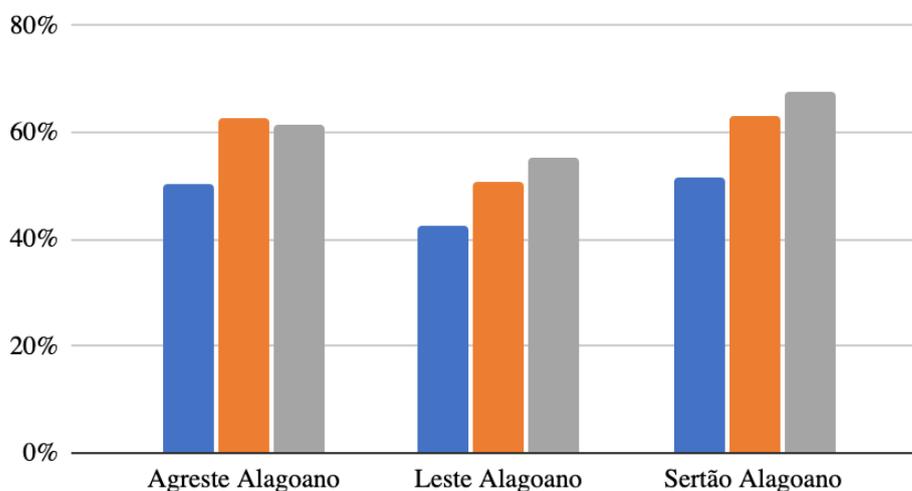
A queda no percentual da região agreste se dá pelo fato de que alguns municípios tiveram uma grande diferença de performance do ano de 2021 para o ano de 2020, os municípios exemplos são: São Sebastião, Palmeira dos Índios, Lagoa da Canoa, Feira Grande e Campo Grande. Esses municípios tiveram um desempenho muito abaixo do esperado e fez com que a média da região caísse. Desse modo, São Sebastião teve -62,5% de queda, em relação ao ano anterior, 2021; Palmeira dos índios teve -39,1%; Lagoa da Canoa teve -35,2%; Feira Grande obteve -15,3 e Campo Grande com -15,2%.

A dimensão I, apresentada na figura 02, aborda a gestão das informações nas mesorregiões do Estado de Alagoas, demonstra o comportamento do ente federativo no envio e manutenção das informações no SICONFI, desse modo, no ano de 2019 o agreste alagoano inicia com o percentual de 50% e no ano de 2020 consegue aumentar em 10 pontos percentuais e se mantém acima dos 60% com um leve decréscimo no percentual no ano de 2021. O leste alagoano inicia o ano de 2019 com cerca de 40% e no ano de 2020 consegue subir 10 pontos

percentuais chegando a 50% e no ano de 2021 atinge 55%, um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação a 2020.

Figura 02 – Dimensão 01 gestão da informação.

Dimensão I - Gestão da Informação

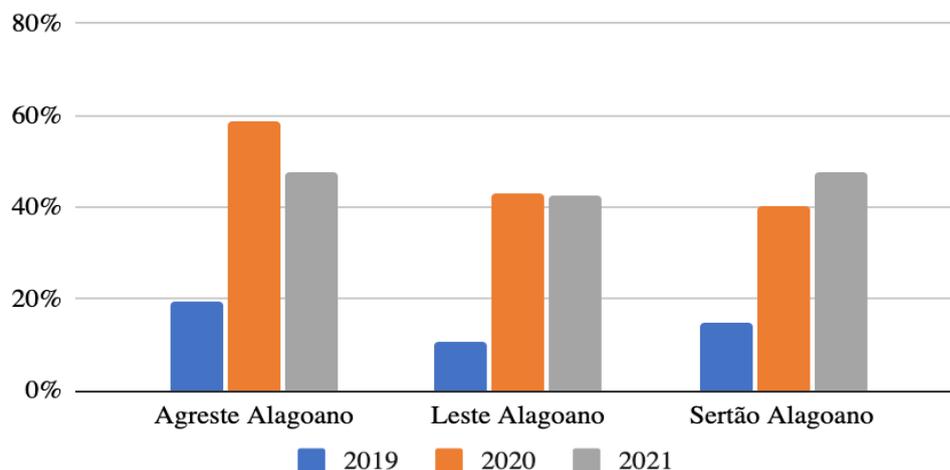


Fonte: Elaboração própria com base SICONFI (2021).

A dimensão II, apresentada na figura 3, refere-se as informações contábeis, compreende as verificações que avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, revela que a mesorregião do agreste alagoano teve um aumento muito expressivo do ano de 2019 para 2020. Logo, do ano de 2019, a região estava partindo de 19% e subiu 39 pontos percentuais, chegando a 58% no ano de 2020, uma diferença bastante grande; verificou-se que, do ano de 2020 para 2021 houve uma queda de 58% para 42% nos pontos marcados. O leste alagoano partiu de 10% no ano de 2019 para 42% dos pontos, um aumento de 32 pontos percentuais, em seguida, no ano de 2021 manteve-se nos 42% dos pontos marcados na segunda dimensão. Adiante, temos o sertão alagoano, que também evoluiu com o passar dos anos. Dando início pelo ano de 2019, a mesorregião estava atingindo 14% dos pontos, já no ano de 2020 esse percentual mudou, subindo 26 pontos percentuais, atingindo 40%; em seguida no ano de 2021 a região continuou subindo e atingiu 47% dos pontos, uma constante evolução da região sertaneja do Estado.

Figura 03 - Dimensão 02 - Informações Contábeis

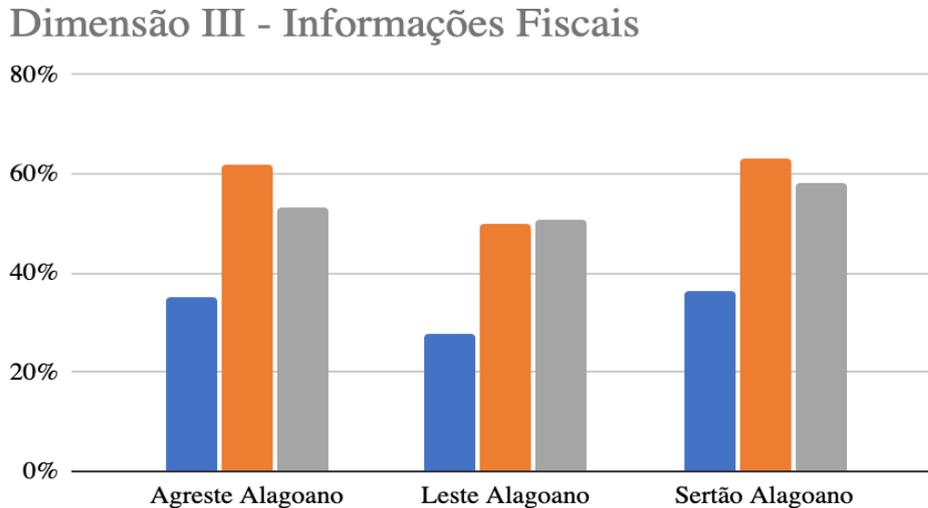
Dimensão II - Informações Contábeis



Fonte: Elaboração própria com base SICONFI (2021).

A dimensão III, apresentada na figura 4, agrupa as verificações pertinentes à análise dos dados fiscais contidos nas declarações, a região do agreste alagoano inicia no ano de 2019 com o percentual de 35%, no ano de 2020 esse percentual muda para 61%, uma diferença de 26 pontos percentuais de um ano para o outro, assim, seguindo adiante e analisando o ano de 2021, temos que houve uma queda no percentual, saindo de 61% para 53% uma queda de 8 pontos em relação ao ano anterior. O leste alagoano, demonstra uma notável mudança de percentual, no ano de 2019 a região partia de 27%, no ano seguinte esse número muda e passa a ser de 49%, uma mudança de 22 pontos percentuais, no ano de 2021 esse número sofre uma leve alteração para cima, saindo de 49% para 50%. Dando continuidade, o sertão alagoano também segue o ritmo e mostra sua evolução com o decorrer dos anos, iniciando no ano de 2019, temos um percentual de 36%, no ano seguinte esse percentual se altera e chega a 63%, o maior registrado entre as regiões nessa dimensão, um salto de 30 pontos percentuais; porém, no ano de 2021 houve uma queda no percentual, saltando de 63% para 57%, uma diferença de 6 pontos percentuais.

Figura 04 - Dimensão 3 - Informações Fiscais

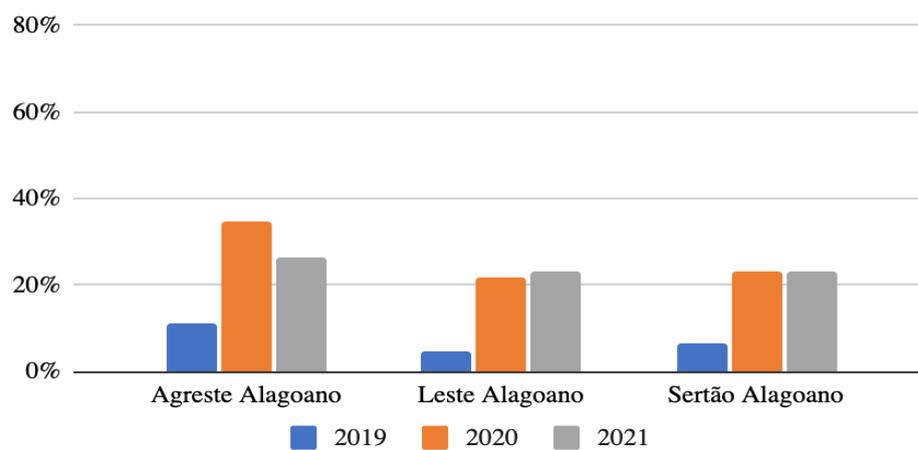


Fonte: Elaboração própria com base SICONFI (2021).

A dimensão IV, apresentada na figura 5, é realizado o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes, demonstra que no ano de 2019 a região do agreste do estado atinge 10%, e no ano de 2020 esse valor muda e chega a 34% um aumento de 24 pontos percentuais, já no ano de 2021 houve uma pequena queda chegando a atingir 26%, uma queda de 8 pontos percentuais. A região leste do Estado de Alagoas inicia no ano de 2019 com 0,4%, já no ano de 2020 acontece um salto para 21%, um grande aumento quando se compara o ano anterior, um acréscimo de 20,96 pontos percentuais; e analisando o ano de 2021 o ritmo de aumento continua e a região atinge 23% uma leve evolução em comparação a 2020. O sertão alagoano atinge 0,6% na análise do ano de 2019 e evolui no ano de 2020 para 23%, subindo 22,4 pontos percentuais, seguindo a tendência de crescimento juntamente com as outras regiões do Estado, no ano de 2021 a porcentagem se mantem em 23%.

Figura 5 - Dimensão 4 - Informações Contábeis x Fiscais

Dimensão IV - Informações Contábeis x Fiscais



Fonte: Elaboração própria com base SICONFI (2021).

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Existem divergências e inconsistências nas informações contábeis e fiscais dos 102 municípios alagoanos, existem municípios da mesma mesorregião que ocupa o topo do ranking e que também ocupa a última posição desse mesmo ranking. Dito isso, como representado no quadro 02, o agreste alagoano teve o melhor desempenho com destaque para a cidade de Arapiraca e ainda no agreste temos a cidade de Traipu ocupando a última posição do ranking. Analisando o ranking, surpreende a capital do Estado de Alagoas não estar na posição número 01, a cidade de Maceió que em 2020 teve o PIB de 22,8 bilhões segundo o IBGE, é de se esperar que estivesse liderando o ranking. Desse modo, é necessário que os municípios se adequem e sigam as normas vigentes no País, para que se possa ter um nível de padronização adequado para todos, seguindo essa linha de pensamento, temos a característica da comparabilidade que dá legitimidade a informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. Juntamente com a característica da verificabilidade que consiste em assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar no relatório, essas características e as outras demais, são fundamentais para garantir a confiabilidade e a relevância das informações financeiras e gerenciais fornecidas por esse sistema. Essas características desempenham um papel crucial na tomada de decisões econômicas e financeiras, tanto dentro de uma organização como para partes interessadas externas, como investidores, credores e o próprio governo. É bastante notável a real necessidade de se seguir as normas, princípios e características da contabilidade, para que possamos a cada dia ter um sistema mais robusto e coeso.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIRRAL, Maria Amália da Costa; FERNANDES, Luiza; FERREIRA, Marlon Cruz. **A Assimetria Informacional e os Pareceres Prévios de Auditoria dos Tribunais de Contas Estaduais: uma Abordagem Reflexiva.** Pensar Contábil, Conselho Regional de Contabilidade do RJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 14 - 23, set./dez. 2012.

DE ARAUJO E SILVA, F; MARIO, PC. **Prestação de contas no setor público: Qual é o alcance da difusão dos resultados da organização?** Revista Facultad de Ciencias Economicas: Investigacion y Reflexion. 24, 1, 119-133, June 2016.

ERNEST; YOUNG. **Toward transparency: a comparative study of governmental accounting in Europe.** [S.l.]: Ernest &Young, 2010.

SICONFI - Sistema De Informações Contábeis E Fiscais Do Setor Público Brasileiro. **Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal.** 2021. Disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=27503>. Acesso em 17 de jun. 2021.

DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – **Secofem.** 2020. Disponível em https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:8995. Acesso em 25 de jul. 2023.

SILVA, C. C. da. **O nível de consistência das informações financeiras dos municípios brasileiros.** FGV: Dissertação de mestrado. 2019.

CFC. **RESOLUÇÃO CFC Nº 1.374, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011**. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1374.pdf> Acesso em: 02 julho 2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Tesouro Nacional Transparente, 2023. **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)**. Disponível em <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf-uniao>>. Acesso em 07 de agosto. 2023.

SICONFI. Ministério da Economia - **Regras Gerais e Instruções de Preenchimento da Declaração de Contas Anuais – DCA**, 2021. Disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/arquivo/conteudo/2022_Regras_Gerais_e_Instrucoes_de_preenchimento_DCA.pdf>. Acesso em 07 de agosto. 2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Tesouro Nacional Transparente, 2023 - **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)**. Disponível em <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria-rreo-uniao>>. Acesso em 07 de agosto. 2023.

APÊNCIDE A – Lista dos municípios alagoanos

Quadro 3 – Municípios alagoanos analisados no ICF.

CÓDIGO IBGE	ANO	MUNICÍPIO	% ACERTOS	CONCEITO ICF
2700300	2021	Arapiraca - AL	90,80%	B
2703601	2021	Japaratinga - AL	83,40%	C
2704302	2021	Maceió - AL	81,00%	C
2706422	2021	Pariconha - AL	80,30%	C
2703502	2021	Jacuípe - AL	79,00%	C
2700102	2021	Água Branca - AL	75,30%	C
2708600	2021	São Miguel dos Campos - AL	75,00%	C
2702405	2021	Delmiro Gouveia - AL	74,50%	D
2708006	2021	Santana do Ipanema - AL	73,80%	D
2702355	2021	Craíbas - AL	73,00%	D
2704609	2021	Maravilha - AL	72,00%	D
2702553	2021	Estrela de Alagoas - AL	71,00%	D
2700607	2021	Barra de São Miguel - AL	70,50%	D
2702702	2021	Feliz Deserto - AL	69,80%	D
2705804	2021	Olho d'Água do Casado - AL	69,40%	D
2707404	2021	Porto de Pedras - AL	67,90%	D
2707602	2021	Quebrangulo - AL	67,70%	D
2703403	2021	Jacaré dos Homens - AL	66,70%	D
2709301	2021	União dos Palmares - AL	66,50%	D
2700201	2021	Anadia - AL	66,20%	D
2705507	2021	Murici - AL	66,10%	D
2709400	2021	Viçosa - AL	66,10%	D
2706208	2021	Palestina - AL	65,10%	D

2704906	2021	Mar Vermelho - AL	65,00%	D
2709103	2021	Taquarana - AL	64,90%	E
2704708	2021	Marechal Deodoro - AL	64,60%	E
2707909	2021	Santa Luzia do Norte - AL	64,30%	E
2706604	2021	Paulo Jacinto - AL	64,10%	E
2709202	2021	Traipu - AL	64,10%	E
2707008	2021	Pindoba - AL	63,90%	E
2700904	2021	Belo Monte - AL	63,80%	E
2706448	2021	Paripueira - AL	63,60%	E
2707305	2021	Porto Calvo - AL	63,50%	E
2707503	2021	Porto Real do Colégio - AL	63,50%	E
2708204	2021	São Brás - AL	63,50%	E
2702900	2021	Girau do Ponciano - AL	63,30%	E
2701605	2021	Canapi - AL	62,90%	E
2701209	2021	Cacimbinhas - AL	62,80%	E
2703700	2021	Jaramataia - AL	62,80%	E
2707701	2021	Rio Largo - AL	61,40%	E
2701803	2021	Carneiros - AL	60,60%	E
2707206	2021	Poço das Trincheiras - AL	60,60%	E
2706109	2021	Ouro Branco - AL	60,50%	E
2706406	2021	Pão de Açúcar - AL	59,10%	E
2709004	2021	Tanque d'Arca - AL	59,10%	E
2709152	2021	Teotônio Vilela - AL	58,10%	E
2703106	2021	Igaci - AL	57,60%	E
2701407	2021	Campo Alegre - AL	57,20%	E
2703007	2021	Ibateguara - AL	55,30%	E
2705309	2021	Mínador do Negrão - AL	54,60%	E
2703908	2021	Jundiá - AL	54,00%	E
2705002	2021	Mata Grande - AL	53,20%	E
2707800	2021	Roteiro - AL	52,90%	E

2705705	2021	Olho d'Água das Flores - AL	51,50%	E
2708709	2021	São Miguel dos Milagres - AL	51,40%	E
2704005	2021	Junqueiro - AL	50,70%	E
2700508	2021	Barra de Santo Antônio - AL	49,40%	E
2700409	2021	Atalaia - AL	48,60%	E
2706901	2021	Pilar - AL	48,30%	E
2704203	2021	Limoeiro de Anadia - AL	46,90%	E
2704807	2021	Maribondo - AL	46,60%	E
2702108	2021	Colônia Leopoldina - AL	40,50%	E
2701001	2021	Boca da Mata - AL	39,60%	E
2703809	2021	Joaquim Gomes - AL	36,90%	E
2704104	2021	Lagoa da Canoa - AL	31,20%	E
2707107	2021	Piranhas - AL	30,90%	E
2705200	2021	Messias - AL	29,10%	E
2706703	2021	Penedo - AL	28,20%	E
2704401	2021	Major Isidoro - AL	26,20%	E
2701357	2021	Campestre - AL	25,20%	E
2701902	2021	Chã Preta - AL	25,20%	E
2703205	2021	Igreja Nova - AL	25,20%	E
2708907	2021	Satuba - AL	25,20%	E
2701704	2021	Capela - AL	24,80%	E
2700706	2021	Batalha - AL	24,20%	E
2702009	2021	Coité do Nóia - AL	24,20%	E
2702306	2021	Coruripe - AL	24,20%	E
2704500	2021	Maragogi - AL	23,80%	E
2706307	2021	Palmeira dos Índios - AL	23,50%	E
2708105	2021	Santana do Mundaú - AL	22,20%	E
2705408	2021	Monteirópolis - AL	21,50%	E
2701100	2021	Branquinha - AL	19,40%	E

2708303	2021	São José da Laje - AL	17,50%	E
2702504	2021	Dois Riachos - AL	15,10%	E
2708808	2021	São Sebastião - AL	11,80%	E
2708956	2021	Senador Rui Palmeira - AL	11,40%	E
2702207	2021	Coqueiro Seco - AL	11,30%	E
2703304	2021	Inhapi - AL	10,70%	E
2700805	2021	Belém - AL	10,60%	E
2701308	2021	Cajueiro - AL	9,60%	E
2708402	2021	São José da Tapera - AL	9,60%	E
2705101	2021	Matriz de Camaragibe - AL	9,40%	E
2706000	2021	Olivença - AL	8,60%	E
2705606	2021	Novo Lino - AL	7,20%	E
2705903	2021	Olho d'Água Grande - AL	7,10%	E
2708501	2021	São Luís do Quitunde - AL	6,70%	E
2702603	2021	Feira Grande - AL	6,20%	E
2701506	2021	Campo Grande - AL	5,40%	E
2703759	2021	Jequiá da Praia - AL	4,90%	E
2706802	2021	Piaçabuçu - AL	3,30%	E
2702801	2021	Flexeiras - AL	1,10%	E
2706505	2021	Passo de Camaragibe - AL	1,10%	E